

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Memória, História e Comemorações – alguns aspectos contextualizadores

Isabel Maria Freitas Valente¹

No fundo da nossa memória, há estrelas cuja luz ainda não descobrimos mas podem elipticamente acender os múltiplos centros da nossa identidade histórica.

João Maria André

As palavras memória e história evocam o mesmo tempo – o passado. Contudo memória e história não se confundem.

Ainda que directamente relacionada com a história a memória é vista como fonte de experiência ou como suporte da identidade colectiva. A memória pode também apresentar-se de forma individualizada podendo ser também, social ou nacional.

A este propósito, não deixa de ser oportuno, recordar as palavras de Fernando Catroga – “existe um relativo consenso acerca da necessidade da anamnesis na formação das identidades pessoais e sociais”. A memória pode ser analisada como um sistema onde se cruza todo o tipo de estruturas culturais, políticas e económicas enquanto códigos de representação.

Assim sendo, as “representações do passado e do presente bem como as idealizações do futuro também convivem na memória, conferindo ao indivíduo identidade cultural e grupal”. Neste contexto, Candau destacou a existência de três tipos de memória: *proto-memória, memória propriamente dita e metamemória*.

Tendo em conta o objectivo para que é convocada aqui e agora esta reflexão sobre a memória, parece-nos também importante reter o contributo de Burke que tece fortes críticas aos revolucionários franceses por estes quererem criar “tudo a partir do nada, sem memória, utilizando modelos naturais que só poderiam produzir rupturas”. Deste modo, gera-se a ideia que as sociedades poderiam ser apagadas, criando, assim um novo modelo racional,

¹ Doutoranda do Programa de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos (História Contemporânea e Estudos Internacionais) da Universidade de Coimbra, Portugal.

homogéneo e geométrico. (Criar tudo a partir do modelo jacobino). De acordo com a análise de Burke, este modelo originaria o *Terror*, e isto porque as evoluções/transformações sociais não podem ocorrer pela ruptura como se a sociedade fosse uma “tábua rasa que rejeita a herança”. Este autor contrapõe o modelo revolucionário francês ao modelo inglês. Este último apresenta um carácter consuetudinário que contempla a continuidade e a mudança – Tese Primordialista (leitura conservadora). De acordo com o paradigma inglês a memória e a questão da mudança pressupõem continuidade, apresentando-se como “elo” entre o passado, o presente e o futuro.

Importa acentuar a ideia de que o caso inglês representa o modelo típico do historicismo homogéneo “os mortos governam os vivos” – espécie de memória do futuro na sua intersecção com o passado. Estes princípios acentuam o relevo dado à questão da memória mesmo quando esta é meramente retrospectiva.

Por sua vez, a memória do pensamento tradicionalista tende a ser “uma mera saudade do passado, sem saudade do futuro”.

Recorde-se também que nos anátemas lançados contra a maior experiência de aceleração do tempo que a Europa conheceu, a Revolução Francesa encontrava-se o facto de se apagar o passado para insinuar que se estava num grau zero, num grau novo. Existe a convicção de que nunca haverá necessidade da memória a “ilusão da não corrupção do tempo por quem criava um tempo novo”. Podemos afirmar que, para os revolucionários franceses, a ideia de eternidade não estava sujeita à corrupção do tempo. Por isso mesmo sublinhavam a ideia de eterna juventude num país novo.

A comemoração da Revolução Francesa revela, desde as suas origens, um paradoxo pois ao instaurar as festas cívicas visava, tal como a historiografia, “representificar o passado, silenciando-se o facto de a sua evocação assentar numa selecção através da qual o presente paga aos defuntos ilustres a sua dívida de reconhecimento”.

Podemos então concluir que a Revolução Francesa havia compreendido que “a mobilização da memória dos mortos era decisiva para a solidificação dos elos sociais entre os vivos, preceito que Comte sintetizou na célebre fórmula – *les vivants sont toujours, et de plus en plus, domines par les morts*”²

Ganha assim sentido, face ao exposto, afirmar que a calendarização feita por Auguste Comte, inspirada no catolicismo e na Revolução Francesa, é inseparável de uma concepção linear e acumulativa do tempo. Neste sentido, e de acordo com tais pressupostos,

² Cf. Fernando Catroga, “As Comemorações como liturgias cívicas”, in *História da História em Portugal sécs XIX-XX*, Lisboa, 1996, p.548.

estamos em crer que no tempo acumulativo característico das “concepções evolutivas da história, o futuro era tão-só a desenvolvimento das potencialidades do passado, e o paradigma dos ‘grandes mortos’ devia funcionar como um farol a sinalizar a marcha do devir”.³

Estes pressupostos indiciam o modo como o poder político tentou ritualizar a história desde os meados do século XIX, conjuntura em que os Estados-Nação apoiaram o desenvolvimento de uma religiosidade cívica que teve nas comemorações um dos seus ritos essenciais. No dizer de Comte, “ser religioso, no sentido positivo, quer dizer sentir-se ligado aos outros por uma comunhão de sentimentos e de ideais”.

Por esta ordem de ideias, as comemorações nasceram da tomada de consciência já sentida pela Revolução Francesa de que “as representações racionais só seriam mobilizadoras se fossem completadas por uma vivência cultural que, tal como no rito religioso, conferisse significado simbólico e colectivo ao sentido do tempo e, simultaneamente, congregasse as consciências atomizadas à volta de memória(s) consensualizadora(s).”

Assim, quer seja na justificação historicista (que evoca sempre aspectos retrospectivos), quer seja na comemoração cívica ou ainda nas correntes construtivistas (os pensamentos de Michelet podem ser perfeitamente utilizados por um conservador), a dimensão da memória está sempre presente.

A atenção dada à memória social data dos finais de Oitocentos e princípios do século XX quando se verificou que “as sociedades independentemente dos seus indivíduos geram relações e redes próprias”. As relações sociais passam então a ser objecto exterior ao próprio Homem. O que vem ao encontro do novo paradigma da época – diferenciação e distância entre sujeito e objecto. Esta epistemologia da ciência social elege, num dos seus ramos, a Memória como objecto do pensamento sociológico.⁴ Neste sentido, o objecto próprio da sociologia é a Humanidade que não se reduz a uma espécie biológica. Há na Humanidade uma dimensão suplementar - a História – o que constitui a originalidade da cultura, da civilização. O homem, diz-nos Comte, “é um animal que tem uma história” porque é, ao mesmo tempo, um inventor e um herdeiro (línguas, instrumentos, pensamentos). Pela linguagem, e, nos últimos milénios, também pela escrita este património é transmitido às gerações seguintes que, por sua vez, exercem suas faculdades de invenção apenas dentro do quadro recebido. Neste sentido, a “memória é, em última análise, a linguagem”.

³ *Idem.*

⁴ O termo *Sociologie* foi cunhado por Auguste Comte, que esperava unificar todos os estudos relativos ao homem — inclusive a História, a Psicologia e a Economia. O seu esquema sociológico era tipicamente positivista, defendendo que toda a vida humana tinha atravessado as mesmas fases históricas distintas e que, se a pessoa pudesse compreender este progresso, poderia prescrever os remédios para os problemas de ordem social.

Ora, o positivismo de Comte encontra-se impregnado por esta ideia – “a linguagem como forma de sociabilidade do indivíduo.”

O sociólogo Halbwachs, um dos discípulos de Durkheim⁵, o mais influente estudioso da memória, defendia que a memória possuía sempre carácter social. Pelo que não existiria uma memória que fosse estritamente individual, a memória não seria um vestígio simples do passado, algo que resistisse à erosão da passagem do tempo, ao esquecimento. Também não significaria uma mera reminiscência de factos passados. Seria antes, e sempre, uma reconstrução enquanto representação do passado elaborada no presente. Portanto, Halbwachs destaca o papel de “determinados *quadros sociais* – como a família, o grupo profissional ou a classe social – enquanto matriz da memória.”⁶

Esta concepção da memória em que o presente, o grupo, o conhecido moldam a recordação do passado e aquilo que é novo tem grandes afinidades com a perspectiva de Bartlett. Este defende uma concepção sócio-cultural da memória.

À memória sócio-cultural Lukács contrapõe a consciência colectiva e a consciência de classe. A única perspectiva científica da memória seria a colectiva. Por exemplo, segundo Lukács a “marca da memória do discurso sobre o trabalho é a história dos conflitos sociais. Este é o real histórico da memória”.

Pierre Nora, em reflexão desenvolvida na obra *Os lugares da memória*, chama a atenção para a designada aceleração histórica, com as suas componentes, as transformações constantes e as suas concorrências, a ameaça do esquecimento – “o mito do eterno presente” – situações que conduzem a uma obsessão pelo registro, pelos traços, pelos arquivos, em síntese pela história: “Aceleração da história. Para além de metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. (...) Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. Para o autor, a memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e susceptível a todas as manipulações. Em contrapartida, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Neste sentido, “a história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenómeno sempre actual, um elo vivido no eterno presente.”

⁵ Foi com Émile Durkheim que a sociologia ganha o “status” de Ciência, academicamente reconhecida. É o responsável por uma das duas grandes escolas do pensamento sociológico a – Funcionalista que entende a sociedade se assemelha a um organismo humano-biológico, ou seja, se uma das partes do corpo (órgãos) não está bem, o todo também não estará bem.

⁶ Halbwachs 1994 [1925] p.34.

Pelo exposto, uma questão se torna pertinente: porque é que este balanço e ênfase da sociologia da memória é importante?

Dir-se-ia que, quando o alvo se transforma em objecto do conhecimento, se tenta captar um fenómeno que está a ser secularizado. Segundo Fernando Catroga, este facto é “sempre sintoma de apartamento entre a vida e o que merece ser analisado enquanto objecto.” Não nos vamos deter na caracterização das etapas históricas dessa objectivação, mas parece-nos importante, em termos de contextualização, referir as três fases que colocaram a sociologia da memória na ordem do dia. Em primeiro lugar o grande impulso dado pela psicanálise, nos anos vinte. Em segundo lugar a *Crise da memória* que se traduz também na crise das políticas da memória, nos moldes praticados desde o século XIX. Em terceiro lugar, a *perda da memória* em relação a momentos importantes, como por ex. o esquecimento do holocausto. As memórias vividas passam a ser arquivadas. A ideia de testemunho da memória da vida perde-se.

Revisitados assim alguns dos pressupostos filosóficos a partir dos quais é possível formular as respostas mais concretas ao problema da memória, retomemos um dos três tipos de memória gizados por Candau – a Metamemória. Este procedimento não significa que a metamemória exista de forma independente dos outros tipos, mas porque “define as representações que o indivíduo faz da sua própria memória e o reconhecimento que tem desse facto” o que explica o modo como cada um pratica a sua memória espontânea e as suas próprias políticas da memória ou seja, como cada indivíduo constrói a sua identidade e a sua distinção em relação aos outros, isto é, a sua alteridade. Sendo assim a “memória só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias, calcadas nas lembranças provocadas pelos vestígios do passado.” Ao produzir a convocação do passado estamos perante a *Comemoração*, perante as políticas da memória. Como se sabe e, segundo Fernando Catroga “o homem tem a necessidade metafísica de criar monumentos, forma plástica que objectiva o seu protesto contra a precariedade das coisas e da existência. Sem essa angústia não teria necessidade de projectar o seu sonho de eternidade e de criar signos reactualizadores da memória”⁷, contribuindo, deste modo, para o reforço da vida colectiva dos vivos o que origina tensões entre o que se quer recordar e o que se quer esquecer, entre uma sociedade com memória e uma sociedade amnésica. Na opinião de Paul Ricoeur, essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do esquecimento ocorre através do carácter selectivo da própria memória. “É, então, pela selecção da lembrança, que passa essencialmente a instrumentalização da memória.”

⁷ *Op. Cit.*, p. 670.

A esse propósito, as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objecto de jogos de interesses (políticos, ideológicos, éticos, etc.). Dir-se-ia que o uso perverso da memória colectiva encontra-se, portanto, nesse processo de rememoração social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento.

Comemorar significa, então, reviver de forma colectiva a memória de um acontecimento considerado como acto fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade. Atente-se no exemplo do bicentenário da Revolução Francesa. A comemoração desta data procurou celebrar, em 1989, os ideais universalistas inscritos na declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos e que constitui objecto de consenso nacional. Deste modo, privilegiou-se dentro do período revolucionário, unicamente o ano da publicação dessa declaração e da instauração da ideia de democracia, apagando por completo a fase do Terror que marcou a Revolução Francesa.

Neste contexto, ganham acuidade as palavras de Nietzsche “não existem factos apenas interpretações”.

Nesta linha Koselleck opera uma ruptura com o positivismo histórico. Com efeito parte da ideia de que a história não é mais do que uma forma de linguagem. Segundo este autor, uma “sociedade conhece-se não tanto pelo seu passado, mas pela forma como o narra” O ensejo de compreender a forma como as sociedades europeias formularam o seu passado levou-o a conceber um novo género historiográfico – a história conceptual, que recupera ideias dos anos 20 tanto de Carl Schmit como de Walter Benjamin. De acordo com esta perspectiva a memória histórica seria, tão-só, a “maneira singular como cada época tenta postular o tempo”.

Acresce dizer que “sem memória não há identidade, sem identidade, não há nação” (Smith). Neste horizonte, convém referir que a memória nacional é o produto de uma comunidade mnemónica específica - a nação. Assim o processo da formação e reprodução dessa memória nacional funde-se com a história da formação da nação. Convém ressaltar que nesta acepção nação não deve confundir-se com o estado. A identidade social constitui-se assim como uma propriedade dos indivíduos enquanto seres sociais. Há uma multiplicidade de identidades sociais a saber: de classe, género, ocupacional, religioso, entre outras como a nacional. A identificação pressupõe auto-identificação, similitude – *Nós* – e a constatação da diferença – *os Outros*.

Portanto, identidade e memória são indissociáveis pois “o significado nuclear de qualquer identidade individual ou colectiva, que consiste principalmente no sentido de se

permanecer o mesmo no tempo e no espaço, sustenta-se pela recordação; e o recordar é definido pela identidade assumida.”⁸

A identidade e a memória nacional são algo incessantemente apreendido e reproduzido no quotidiano em múltiplos espaços, das esferas geridas pelo estado ao universo familiar, através de processos com os quais os indivíduos identificam e se identificam.

Por conseguinte, quando falamos em identidade nacional, não estamos a referir-nos a algo que possa ser descrito como um conjunto substantivo interiorizado de crenças e discursos sobre o colectivo mas, como refere Smith “a algo que é mais vivido, sentido e querido do que imaginado ou descrito.”

⁸ John Gill